



**ACÓRDÃO Nº804/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11656/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas – PGJ.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Leda Mara Nascimento Albuquerque (Gestora), Mauro Roberto Veras Bezerra (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4676/2021-DIMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas - PGJ. Exercício de 2020.

*Regularidade.                      Recomendação.                      Quitação.*  
*Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas da **Sra. Leda Mara Nascimento Albuquerque**, gestora da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas - PGJ, no curso do exercício de 2020, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, I, da Lei Estadual n.º 2423/1996, e art. 5º, II e art. 188, §1º, I, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM.
- 10.2. **Julgar regular** a Prestação de Contas do **Sr. Mauro Roberto Veras Bezerra**, ordenador de despesas da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas - PGJ, no curso do exercício de 2020, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, I, da Lei Estadual n.º 2423/1996, e art. 5º, II e art. 188, §1º, I, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM.
- 10.3. **Recomendar** ao atual gestor da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas - PGJ, que tome providências no sentido de evitar, nos exercícios futuros, a ocorrência de mais falhas no que se



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**ACÓRDÃO Nº804/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

refere à ausência de dados no Portal da Transparência quanto a contratos e licitações.

**10.4. Dar quitação plena à Sra. Leda Mara Nascimento Albuquerque**, nos termos do art. 23, da Lei Estadual n.º 2423/1996, c/c art. 189, I, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM.

**10.5. Dar quitação plena ao Sr. Mauro Roberto Veras Bezerra**, nos termos do art. 23, da Lei Estadual n.º 2423/1996, c/c art. 189, I, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM.

**10.6. Arquivar** o presente processo, após cumpridas as providências supracitadas.

**11- Ata:** 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 31 de maio de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral